

Reflexões sobre a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial: uma década do registro da capoeira

Andressa Marques Siqueira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil
Doutoranda em Ciências Ambientais

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8061-523X>

E-mail: andressa.siqueira@usp.br

Silvia Helena Zanirato

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9484-5359>

E-mail: shzanirato@usp.br

Resumo: O presente artigo discorre sobre a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial tendo como foco uma década do registro da capoeira. Com base nos caminhos percorridos pela expressão cultural, no seu processo de ativação patrimonial, e considerando que a gestão do patrimônio cultural imaterial demanda o compartilhamento de responsabilidades entre Estado e detentores culturais, o artigo apresenta velhos e novos desafios e avalia em que medida a gestão compartilhada pôde ser alcançada.

388

Palavras-chave: Capoeira; Gestão compartilhada; Patrimônio cultural imaterial; Salvaguarda; Roda de capoeira.

Reflections on the management shared of imaterial cultural heritage: a decade of the capoeira registry

Abstract: This article reflects on the shared management of immaterial cultural heritage, focusing on a decade of capoeira registration. Based on the paths taken by cultural expression, in its patrimonial activation process, and considering that the management of intangible cultural heritage demands the sharing of responsibilities between State and cultural holders, the article presents old and new challenges and evaluates the extent to which shared management was achieved.

Keywords: Capoeira; Shared management; Intangible cultural heritage; Safeguard; Roda de capoeira.

Texto recebido em: 22/12/2018

Texto aprovado em: 30/04/2019

Introdução

A capoeira consiste em uma manifestação cultural de características múltiplas, pois é ao mesmo tempo luta, dança e jogo. Suas origens não são consensuais entre pesquisadores e estudiosos do tema, no entanto, podemos classificá-la como uma manifestação cultural afro-brasileira, uma vez que foi criada no Brasil tendo expressões culturais africanas como matrizes. Ela é praticada por diversos grupos sociais e pode ser encontrada em basicamente três modalidades: Angola, Regional e Contemporânea. Está presente em todo o Brasil e também nos cinco continentes, podendo ser observada em mais de 150 países (IPHAN, 2014).

No ano de 2008 a capoeira foi ativada¹ como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, sendo a primeira manifestação cultural a constar em dois livros de registro: a *Roda* foi registrada no Livro de Registro das Formas de Expressão e o *Ofício dos Mestres* no Livro de Registro dos Saberes. Em adição, no ano de 2014, a *Roda de Capoeira* foi também ativada como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

O processo de ativação patrimonial da capoeira foi seguido por algumas tensões, principalmente entre o Estado e os capoeiristas, pois estes últimos, ainda nos dias atuais, têm opiniões divididas sobre as “vantagens” desse processo para a prática cultural e para sua condição de detentores da cultura. Essas tensões foram observadas e ressaltadas por autores como Simone Vassalo (2008, 2012), Luiz Renato Vieira (2012), Fábio Gaspar (2012), Marcos Bueno (2012); e tiveram como cerne entendimentos diversos dos atores sociais envolvidos no processo de ativação patrimonial.

Considerando esse cenário, o presente artigo busca refletir sobre a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial tendo com estudo de caso a capoeira, haja vista que se passou uma década do registro e se abriu o período em que o bem cultural deverá (ou não) ter seu registro revalidado, conforme estabelecido no Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000, que em seu Art. 7º estabelece que “o IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos” (BRASIL, 2000).

Com essa preocupação inicialmente são apresentados os caminhos da capoeira ao longo do tempo, que vai da repressão à ativação patrimonial, e auxilia na compreensão da relação do Estado com os capoeiristas. Em seguida é abordado

o processo de ativação patrimonial da expressão cultural e sua gestão no âmbito do IPHAN ao longo dessa década de registro; são consideradas, particularmente, as ações realizadas no âmbito nacional, e na construção e implantação da política de salvaguarda no estado da Bahia. Na sequência, são discutidos os velhos e novos desafios da gestão do bem cultural, que remetem ao histórico da relação entre Estado e capoeiristas; à expectativa gerada no processo de ativação patrimonial; às tensões acerca da “posse” do bem cultural; à participação dos detentores no processo de gestão; e à característica da capoeira como uma prática diversa e em expansão. Por fim, é apontado que a gestão da capoeira como patrimônio cultural imaterial é um processo no qual a forma de agir do Estado traz consequências na participação dos detentores dessa prática e implica em dificuldades para a gestão compartilhada do bem cultural.

Os caminhos da capoeira: da repressão à ativação patrimonial

A origem da capoeira ainda é controversa dentre os pesquisadores do tema, o que se deve à escassez de documentos do Brasil colonial, período da gênese da expressão cultural (ARAÚJO; JAQUEIRA, 2008), e às características múltiplas da expressão, que pode ser ao mesmo tempo luta, dança e jogo, o que amplia as incertezas sobre suas origens (IPHAN, 2014).

Frente a essas incertezas, há três distintas linhas que buscam fundamentar sua gênese, a saber: a capoeira nasceu na África e foi trazida pelos africanos escravizados; a capoeira nasceu no Brasil e foi criada por escravizados e quilombolas; e a capoeira é brasileira, de criação indígena. Dessas três, a origem indígena é a menos provável, sendo mais aceitas as linhas que remetem a uma matriz africana.

Autores como Anande das Areias (1983), Waldeloir Rego (1968), Almir das Areias (1996) e André Luiz Reis (1997) entendem que a capoeira tem sua gênese no Brasil, tendo expressões culturais africanas como matrizes e esse entendimento se baseia em dois fatos: i) até hoje não há nenhum relato ou documento que comprove a existência da capoeira na África, apenas a presença em solo africano de danças guerreiras com características similares; ii) a capoeira surgiu apenas no Brasil, apesar de muitos africanos de grupo étnicos iguais aos trazidos para o Brasil terem sido também enviados a outros países, onde a capoeira não foi observada.

Essa possível origem afro-brasileira está diretamente relacionada com os caminhos que a expressão cultural percorreu da repressão à patrimonialização e que serão tratados aqui.

Em decorrência da escassez de pesquisas para o período que abrange os séculos XVI a XVIII, não é possível compreender a trajetória da expressão de maneira mais ampla, mas, estudos realizados por Carlos Eugênio Líbano Soares (1994; 2001), Luís Sergio Dias (2001), Antônio Liberac Pires (2001) e Frede Abreu (2005) se referem à repressão da prática e aos “indivíduos capoeiras” antes mesmo da sua criminalização em 1890.

No Império, a prática não era considerada crime. Mas, tendo como referência o “Código Criminal do Império do Brasil”, os chefes de polícia enquadravam os capoeiristas nos artigos que tratavam dos vadios e mendigos. Thomas Holloway (1997) afirma em seus estudos que a capoeira ocupava o segundo lugar entre os delitos que levavam à prisão, ficando atrás somente das prisões por fuga, o que denota a grande repressão aos praticantes de capoeira.

A repressão permaneceu por todo o século XIX, embora a prática tenha sido tolerada no período Imperial, em função das relações entre capoeiristas e políticos, capoeiristas e instituições militares e capoeiristas e a monarquia (REIS, 1994). A relação entre capoeiristas e políticos se dava por meio de sua utilização como capangas eleitorais pelos políticos do Império. A relação entre capoeiristas e instituições militares se via pela incorporação dos capoeiristas às forças regulares, devido às práticas de favor, ou de recrutamento militar forçado. E, finalmente, a relação entre capoeiristas e monarquia era decorrente da aproximação desses dois grupos, principalmente com a participação dos capoeiristas na “Guarda Negra”².

Com o advento da República, os capoeiristas passaram a ser um dos principais alvos de repressão policial, o que culminou com a criminalização da capoeira em outubro de 1890, inscrita no Código Penal Republicano. A repressão se deveu, em parte, a atuação política dos capoeiristas junto à monarquia (PINTO, 2011) e também ao fato da elite “republicana” ter como meta apagar toda e qualquer marca deixada pela escravidão, com a conseqüente perseguição das manifestações culturais produzidas pela população negra (REIS, 1994).

Entre as primeiras décadas e a metade do século XIX, a capoeira parece configurar-se como uma atividade eminentemente escrava, algo a ser reprimido.

Mas, a partir de meados do século, o espectro de praticantes de capoeira parece ter se ampliado, abarcando também libertos e pessoas livres.

Com a sua descriminalização em 1937, a capoeira passou a ser vista como uma herança mestiça, e não mais negra, uma expressão da brasilidade. Também passou a ser considerada como jogo, ginástica e luta. Como esporte, sua prática se tornou regrada e metodizada, de modo a expressar o “convívio harmônico” de brancos e negros na nova ordem política republicana, agora que ambos eram considerados igualmente cidadãos brasileiros (REIS, 1994).

Também nesta década se observou um processo de renovação institucional das manifestações culturais negras em busca de legitimação, legalização jurídica, construção de autonomia territorial, visibilidade na imprensa, aceitação social, afirmação cultural e maior expansão da sua prática para outras camadas sociais (IPHAN, 2014).

É nesse contexto que a capoeira começou a se organizar em academias, quando o Mestre Bimba criou a Capoeira Regional, com característica esportiva e, em contraponto, surgiu uma nova denominação para a “antiga capoeira” - Capoeira Angola, que teve em Mestre Pastinha o grande nome. A nova configuração da capoeira, com características esportiva, mestiça e organizada, permitiu que a mesma tivesse seu espaço no Estado Novo, quando Mestre Bimba recebeu autorização para a criação do Centro de Cultura Física e Capoeira Regional.

A partir de então a capoeira se expandiu e, na década de 1950, de acordo com IPHAN (2014):

já estava bastante difundida, com um número significativo de praticantes, espalhados por diversas camadas sociais, foco de atenção do noticiário nacional e fonte alimentadora de diversas linguagens artísticas (música, dança contemporânea, teatro, artes plásticas, etc...) (IPHAN, 214, p. 52)

No período em 1960 e 1970 se observa a folclorização da cultura negra na Bahia e a capoeira, junto a outras manifestações culturais, passa a compor o repertório de atrações do turismo em Salvador, fenômeno que contribuiu para sua expansão no país e no exterior.

Hoje a capoeira pode ser encontrada por todo o Brasil e está presente em mais de 150 países (IPHAN, 2014). Esse fator também contribuiu para seu registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e da Humanidade.

A ativação da capoeira como patrimônio

De acordo com Llorenç Prats (2006), o patrimônio é uma construção social, sendo a ativação patrimonial o processo de institucionalização de referentes culturais selecionados pelo Estado, detentor do poder de elevar bens à condição de patrimônio. A ativação da capoeira como patrimônio se refere, portanto, ao ato de reconhecimento do bem cultural pelo Estado.

O processo de ativação da roda de capoeira como patrimônio cultural imaterial teve início no ano de 2004, quando o então ministro da cultura Gilberto Gil, junto a um grupo de capoeiristas, esteve em Genebra, em evento para homenagear Sergio Vieira de Melo, membro da Organização das Nações Unidas (ONU), morto em atentado terrorista no Iraque um ano antes. Naquela ocasião, Gil lançou as bases de um Programa Brasileiro e Internacional para Capoeira, chamou a atenção para grande expansão da capoeira no mundo e a reconheceu como um ícone da representatividade do Brasil perante os povos e também como um instrumento para a paz mundial.

Após o lançamento do referido programa e como ação para o processo de ativação patrimonial, foi realizado entre 2006 e 2007, o inventário da prática, que culminou no documento “Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil”, publicado no ano de 2007, e no Dossiê “Registro da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira” publicado em 2014. Esses documentos abordaram a história da capoeira e descreveram a prática, ressaltando sua importância para o registro, além de especificarem as recomendações para sua salvaguarda com patrimônio cultural imaterial.

Em 2008 a “Roda de Capoeira” e o “Ofício dos Mestres de Capoeira” foram ativados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, inscritos no Livro de Registro das Formas de Expressão e no Livro de Registro dos Saberes, respectivamente, conforme decisão proferida na 57^a Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN 2014).

Em novembro de 2014, em Paris, durante a “9^a Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda” a “Roda de Capoeira” foi ativada também como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa foi uma iniciativa do Ministério da Cultura, apoiado pelos capoeiristas, e seu registro pode ser melhor

compreendido com a análise do Parecer 031/08 do IPHAN, “Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil”, redigido pela antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi. Nesse documento consta que o processo de patrimonialização foi inserido em um contexto mais amplo, onde o Estado brasileiro, por meio do Ministério da Cultura, buscou abarcar as reivindicações dos direitos culturais, sociais e políticos da população afro-brasileira, com o intuito de reverter o quadro de exclusão que as práticas culturais originárias de matrizes africanas sofreram ao longo dos séculos, estando à margem das políticas culturais. Mais que isso, a ação foi apresentada como parte do reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro enquanto matriz formadora da nacionalidade e da identidade brasileira.

Ainda como integrante do processo de ativação patrimonial e também de sua gestão, foi destacada a necessidade de elaboração do Plano de Salvaguarda do bem, uma vez que o registro não garante a sua manutenção e que as normativas legais, com destaque para aquelas contidas no “Termo de Referência para a Salvaguarda de bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil” (IPHAN, 2011), fazem referência ao Plano de Salvaguarda como um instrumento que direcionaria as ações de conservação dos patrimônios culturais imateriais.

A elaboração do Plano de Salvaguarda da capoeira teve início no Programa Nacional e Mundial para Capoeira, lançado pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, em 2004, que, de antemão, apontava projetos e ações destinados à salvaguarda dessa expressão cultural. Seguindo a linha dos direcionamentos desse Programa, como ação prévia à construção do Plano de Salvaguarda, foi destaque o lançamento, em 2006, do Programa Capoeira Viva, que contou com duas edições anuais financiadas pela Petrobras cujo foco era a produção de acervos documentais sobre capoeira em diversos suportes.

Como ações também relacionadas à ativação patrimonial ocorreram os encontros denominados “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e de Recife. Esses encontros tiveram a participação de mestres, alunos e pesquisadores que debateram a importância do inventário, definiram as possibilidades de registro e fizeram um levantamento de pautas que seriam utilizadas como referências para a elaboração das recomendações do plano de salvaguarda (IPHAN, 2014).

Por fim, as recomendações para salvaguarda foram apresentadas no documento “Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil” (IPHAN, 2007). No documento observa-se que os temas de

atenção inicialmente pensados pelo Ministério da Cultura em 2004 tiveram seguimento em todos os programas e discussões, sendo destaques aqueles direcionados à valorização dos saberes e práticas dos mestres de capoeira e aos estudos sobre essa expressão cultural.

No documento foram apontadas as recomendações para salvaguarda: 1) Reconhecimento do notório saber do mestre de capoeira pelo Ministério da Educação (MEC); 2) Plano de previdência especial para os velhos mestres de capoeira; 3) Estabelecimento de um Programa de Incentivo da Capoeira no Mundo; 4) Criação de um Centro Nacional de Referências da Capoeira; 5) Plano de manejo da biriba e outros recursos; 6) Fórum da Capoeira; 7) Banco de Histórias de Mestres de Capoeira; 8) Realização de Inventário da Capoeira em Pernambuco.

Findo o inventário e registro e definidas as recomendações de salvaguarda, como próximo passo para a gestão da capoeira como patrimônio cultural estava a elaboração do Plano de Salvaguarda, uma vez que o inventário apontava apenas recomendações, sem a definição de ações a serem executadas.

De acordo com UNESCO (2003), o plano de salvaguarda deve ser elaborado em conjunto com os detentores culturais, para que as ações definidas sejam debatidas e discutidas com a comunidade detentora. Silvia Zanirato (2018) considera que ações dessa ordem são essenciais para que a gestão do patrimônio cultural tenha a proteção social, o que decorre da participação das comunidades detentoras em todo o processo de ativação patrimonial.

Passado uma década de registro da capoeira como patrimônio cultural imaterial, o plano de salvaguarda em âmbito nacional não foi definido e nem implantado. Um início da efetivação de uma ação nacional pôde ser observado no ano de 2009, com a criação do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC), responsável por viabilizar a elaboração do programa de salvaguarda por meio da organização de encontros e debates com a sociedade civil. Esse grupo realizou no início do ano de 2010 o Cadastro Nacional da Capoeira, com a intenção de construir uma base de dados e estruturar o Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira) que previa encontros com a comunidade detentora para formular a política de salvaguarda.

Encontros foram realizados e como resultados foram identificadas propostas para diversos temas discutidos que, em muitos casos, apontavam divergências de entendimentos (GASPAR, 2012). Ainda no ano de 2010, e em

atendimento a direcionamentos relacionados à salvaguarda da capoeira, foi lançado o prêmio “Viva meu Mestre”, que tinha como objetivo reconhecer o saber e a trajetória dos mestres antigos por meio de apoio financeiro para aqueles com idade acima de 55 anos.

Em 2012, o IPHAN descentralizou as ações de salvaguarda da capoeira entendendo que não era possível uma política nacional, uma vez que existiam particularidades locais e que a instituição necessitava estar mais próxima dos capoeiristas. Com isso, as superintendências estaduais (SE) do IPHAN ficaram responsáveis pela elaboração e execução de ações locais junto aos capoeiristas.

No documento “Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira: apoio e fomento”, publicado em 2017, o IPHAN apontou que “todas as 27 SE’s estão com a salvaguarda da Capoeira implementada, ou em fase de implementação” (IPHAN, 2017, p.11), no entanto, não apresentou informações sobre o andamento de cada plano de salvaguarda.

Por esse motivo, neste artigo o foco de análise se volta para as ações realizadas pela superintendência da Bahia, onde a capoeira tem grande representatividade cultural e onde foi concluído o Plano de Salvaguarda, decorrente das discussões oriundas do Ciclo de Seminários “Salve a Capoeira: Construção do Plano de Salvaguarda e do Conselho Gestor da Capoeira na Bahia”, realizado entre os anos de 2013 e 2016.

Esse ciclo teve como base “territórios de identidade”, definidos a partir de critérios socioeconômicos e de identidade cultural, classificação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) já utilizada na estrutura organizativa das políticas culturais do estado. Exceção apenas foi a criação do grupo identitário “Capoeira Angola”, composto por praticantes dessa vertente, oriundos de diversos “territórios de identidade”.

Além da divisão por “territórios de identidade”, os ciclos trabalharam com Grupos de Trabalho (GT) dentro de cada território, que debateram temas específicos relacionados à salvaguarda, a saber: 1) Identidade e diversidade; 2) Educação, Esporte e Lazer; 3) Profissionalização e regulamentação; 4) Fomento, sustentabilidade e internacionalização.

Após os seminários regionais ocorreu em 2016, o “Seminário Estadual”, para conclusão do Plano de Salvaguarda e formação do Conselho Gestor. O plano definiu diretrizes, metas e ações a serem realizadas, inclusive sua governança, apresentando a listagem de atores responsáveis e parcerias a serem efetivadas. Foi

pensado para as ações um prazo de dez anos, período no qual os patrimônios culturais imateriais precisam ser revalidados, tendo como eixos temáticos os definidos para os Grupos de Trabalho (GTs).

O referido plano, finalizado em 2016, ainda não foi implantado em sua totalidade o que demonstra um descompasso temporal, porque deveria ter sido elaborado com antecedência para análise das ações e conseqüente avaliação sobre a revalidação do registro do bem cultural em 2018, conforme preconiza o Termo de Referência para a Salvaguarda de bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, que dispõe que “os primeiros seis meses após o registro devem ser dedicados à formulação e estruturação do plano” (IPHAN, 2011, p. 4).

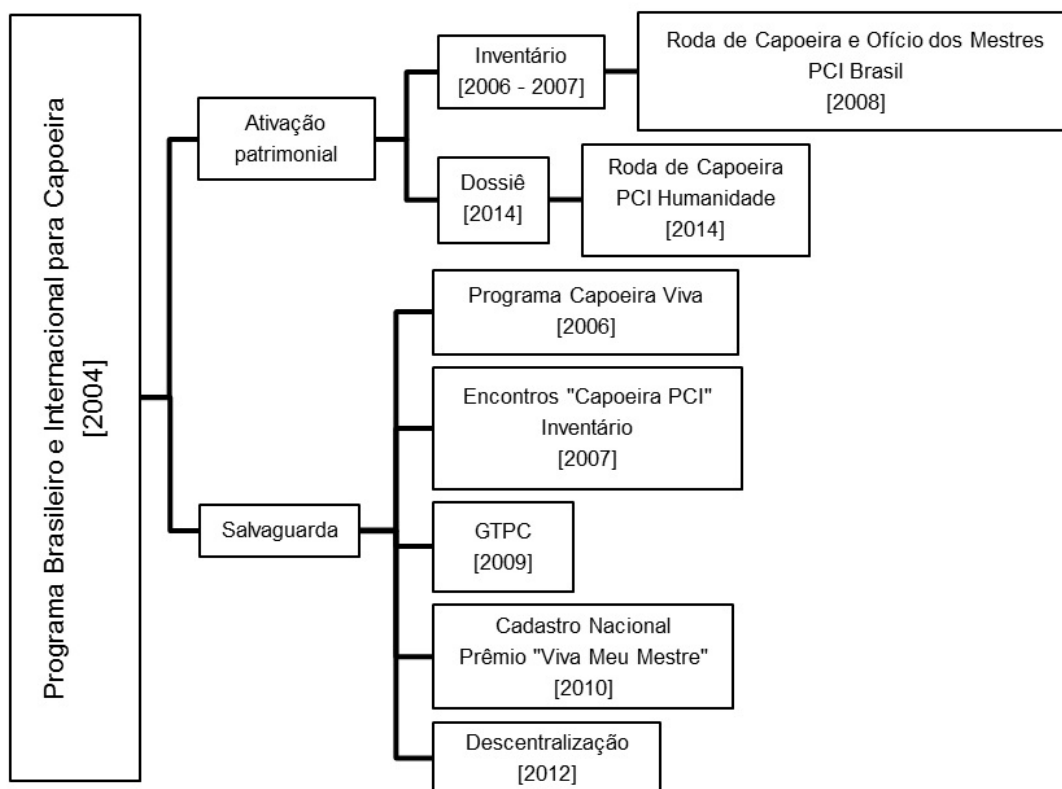


FIGURA 1

Processo de ativação patrimonial da Capoeira e ações de salvaguarda no âmbito nacional

Atentando ao processo de ativação patrimonial e ao histórico no que se refere à construção e implantação do Plano de Salvaguarda do bem cultural no estado da Bahia, fica claro que os desafios para a gestão da capoeira como

patrimônio cultural, após uma década de registro, são diversos e partem de um ponto essencial, que diz respeito à responsabilidade do Estado e dos capoeiristas.

Esses desafios são percebidos quando se avaliam as ações do Estado, representado pelo IPHAN, em direcionar a gestão do bem cultural. Gestão essa que deve ser corroborada e participada pelos capoeiristas, detentores do bem, conforme estabelece a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) quando cita:

cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo (UNESCO, 2003, Art.15)

Para melhor entender esses desafios há que se olhar mais detalhadamente para essa questão, considerando todo o histórico da relação entre Estado e capoeiristas e do processo de ativação patrimonial.

Velhos e novos desafios na gestão da capoeira como patrimônio cultural

De acordo com a Resolução nº 001 de 3 de agosto de 2006, o registro de um bem cultural imaterial demanda declaração formal de representantes de comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência para a instauração do processo. O registro da capoeira contou com o apoio e anuência de capoeiristas, o que legitimou o processo desencadeado pelo Ministério da Cultura.

Apesar de essa anuência aparentar que o registro da capoeira era desejo coletivo de seus atores, a ativação patrimonial da expressão cultural foi e ainda permanece polêmica.

De acordo com Simone Vassalo (2008), as negociações que conduziram ao registro foram alvo de disputas em torno das representações de “posse” do bem. Para muitos mestres de capoeira, o bem cultural é algo que lhes pertence e que segue vivo até os dias atuais, devido, única e exclusivamente, a seus esforços. Mais do que isso, para eles, o fato da capoeira estar presente em todo o mundo, argumento utilizado para seu registro como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, também se deve aos mestres e capoeiristas em geral, uma vez que o

Estado nunca apoiou a prática ou difusão de expressão cultural, que resistiu e expandiu de forma autônoma a esse poder.

Essa afirmativa é corroborada pelo IPHAN, que cita a globalização da capoeira realizada pelos capoeiristas, sem a o incentivo governamental:

A capoeira se encontra presente em mais de 150 países, atraindo praticantes e estudiosos dos cinco continentes do planeta. A sua globalização, feita sem incentivo governamental, ocorreu devido às errâncias dos capoeiristas, verdadeiros embaixadores informais da cultura brasileira (IPHAN, 2014, p. 63)

Mesmo em face desse reconhecimento, o registro do bem cultural tornou o Estado responsável por sua gestão no país, algo que muitos capoeiristas veem como uma ação indevida sobre um bem que nunca foi por ele valorizado.

Essa disputa pela “posse” da capoeira remonta à época de seu registro, quando parte dos capoeiristas avaliou que o Estado brasileiro queria se apropriar da prática cultural e retirar a responsabilidade das mãos dos praticantes (VASSALO, 2008), o que gerou resistências ao processo de ativação patrimonial.

A desconfiança por parte dos capoeiristas pode ser compreendida perante o histórico da relação destes atores com o Estado, observado nos “caminhos percorridos” pela expressão cultural. Por muito tempo a capoeira não foi apenas desvalorizada pelo poder, mas também repreendida, chegando a ser criminalizada. Mesmo na história mais recente do país, quando ela passou a ser vista como um símbolo da nacionalidade (a partir da década de 1930), se viram casos de capoeiristas que após servirem ao Estado com ações de promoção da cultura brasileira, nunca tiveram apoio efetivo, pelo contrário, algumas vezes foram prejudicados. Como exemplo, pode-se citar o Mestre Pastinha, que representou o Brasil no Primeiro Festival Mundial de Artes Negras em Dakar, em 1966, e no ano de 1973 perdeu sua academia no Pelourinho, com a alegação de que o espaço seria reformado e que depois ele retornaria com seu trabalho no local, o que nunca ocorreu. Se não bastasse a perda do seu espaço que, de certa forma, representou uma dificuldade para sua atuação como capoeirista, esse mestre morreu na miséria, ainda que tenha sido um grande divulgador da capoeira como expressão da cultura nacional.

Na atualidade, a “posse” do Estado sobre a capoeira ainda é criticada por grande parte dos detentores e esse é um tema controverso. Mas, passada uma

década da ativação patrimonial, a “posse” não incide mais na desconfiança de outrora, pois ainda hoje os capoeiristas detêm o “controle” sobre a prática cultural, podendo fazer “sua capoeira”, a “seu modo”, o que lhes dá compreensões de que a capoeira ainda lhes pertence e que o Estado não vai tomá-las.

Além da questão da “posse” da capoeira, a participação dos capoeiristas nos processos relacionados à definição de políticas públicas voltadas ao bem cultural se apresenta como um desafio a ser superado, como há dez anos.

A participação da sociedade na gestão dos patrimônios culturais imateriais é garantida pela legislação, quando se avalia que a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), ratificada no Brasil pelo Decreto nº 5753, de 12 de abril de 2006, considerou em seu Art.15º, que os detentores culturais devem estar associados à gestão do patrimônio cultural imaterial.

Em 2012, Luiz Renato Vieira mostrou a importância de se ter a presença dos segmentos que compõem a capoeira em todo o ciclo das políticas públicas a serem implantadas pelo Estado brasileiro, gestor do patrimônio ativado.

Nesse cenário, entra o Estado brasileiro, reivindicando o papel de responsável pela preservação da cultura tradicional da capoeira e indutor de seu desenvolvimento em escala global. E para que se assegure a qualidade dessas intervenções governamentais, é fundamental a presença da sociedade e de forma ampla e representativa. Deve-se, assim, garantir a participação dos segmentos que compõem a capoeira na atualidade em todas as fases do chamado ciclo das políticas públicas, desde o planejamento até a avaliação finalística (VIEIRA, 2012, p. 38-39)

Essa participação ressaltada pelo autor era, e ainda é, essencial para a melhoria da relação entre o Estado e os capoeiristas, pois denota corresponsabilidade nos processos propostos pelo Estado, o que reduziria os conflitos em relação ao bem cultural. A corresponsabilidade também contribui para que as ações a serem implantadas tenham sucesso, o que é essencial na salvaguarda dos patrimônios culturais.

Esse tipo de participação na gestão do bem foi e segue sendo pleiteada pelos praticantes, sob a alegação de que são “os capoeiristas que sabem da capoeira” e que são os qualificados para definir seus rumos. Esses, recorrentemente ressaltam que não é possível uma pessoa externa à prática cultural definir sua gestão e esse é um ponto a ser observado nas ações de salvaguarda como patrimônio imaterial,

para que não reincidam as práticas do Estado em relação ao tema, como considera Luis Renato Vieira:

a capoeira sempre esteve à margem das ações do governo, e quando algo se fez, nunca, ou quase nunca, os capoeiristas e suas entidades foram consultados quanto aos caminhos que deveriam ser adotados (VIEIRA, 2012, p. 50)

Atentando a esse fato, o IPHAN ao longo das suas ações voltadas à gestão da capoeira no âmbito nacional, tentou trabalhar de forma participativa, ao promover os encontros “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”.

Mais recentemente, com a descentralização das atividades e tomando como exemplo a construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia, se observa que a Instituição desenvolveu ações participativas e baseou a construção do Plano de Salvaguarda da capoeira em eventos voltados à escuta dos capoeiristas. Apesar dos esforços, nesses eventos foram observadas críticas dos detentores culturais sobre a metodologia participativa aplicada e ainda são constantes as queixas quanto a falta de “escuta” dos capoeiristas.

O processo participativo adotado pelo IPHAN no estado na Bahia, além da construção do Plano de Salvaguarda, também teve como objetivo a composição do Conselho Gestor da capoeira, que abarca capoeiristas de diversas regiões do estado, eleitos por seus pares. A presença dos mesmos no Conselho representa o envolvimento direto no processo de gestão do bem cultural e os coloca na posição de cogestores da capoeira como patrimônio cultural ativado.

Se os capoeiristas querem participar do processo e o IPHAN tem promovido o processo participativo, inclusive colocando os detentores na posição de cogestores do bem cultural, por que essa participação ainda se apresenta como um desafio e por que as críticas nesse sentido ainda são frequentes? A resposta está pautada em dois fatores principais: i) o histórico negativo da relação entre Estado e capoeiristas, já ressaltado no presente texto, fator que repele parte importante dos praticantes; e ii) a característica de a capoeira apresentar-se como uma prática diversa e em expansão, o que dificulta a participação dos capoeiristas quando se aborda o bem cultural como uma unidade.

Ainda é comum a definição da expressão cultural como “a capoeira”, mas na realidade o que se apresenta no campo cultural é a “diversidade de capoeiras”. Pode-se dizer que hoje há, ao menos, três estilos principais de capoeira: angola,

regional e contemporânea. Dentro de cada um desses estilos podem ser encontradas diferenças e até divergências no que se refere à prática e filosofia de trabalho, decorrente de diversos entendimentos sobre o que é “a capoeira” e o “ser capoeirista”.

Essa multiplicidade de “capoeiras”, somada à expansão da prática cultural no Brasil e no mundo, por si só torna a gestão do bem cultural um desafio. Desafio que é ampliado quando o que se objetiva é a participação dos capoeiristas como atores não configurados em uma unidade.

Ao analisarmos essa década de ações voltadas à gestão da capoeira como patrimônio cultural, observa-se que inicialmente o IPHAN investia em ações no âmbito nacional, tratando a mesma como uma unidade. A partir de 2012, a Instituição optou pela elaboração dos Planos de Salvaguarda no âmbito estadual, o que parece ter sido uma decisão correta, pois considera a multiplicidade do universo da capoeira, sua simbologia e importância sociocultural em diversas regiões do país.

No entanto, a experiência da construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado da Bahia demonstrou que considerar sua diversidade apenas sob a ótica das diferenças regionais não basta. Na elaboração do referido plano, já sob um recorte estadual, o IPHAN teve que abrir um novo grupo de discussão (com a Capoeira Angola), não previsto na metodologia a ser aplicada, que trabalharia com os capoeiristas da Bahia como um grupo dividido apenas por territórios culturais.

Ao longo das discussões, os praticantes do estilo Angola não se sentiram contemplados nos debates com os demais estilos de capoeira, devido aos sentidos diversos que a mesma tem para esses diferentes grupos. Grosso modo, enquanto para capoeiristas dos estilos Regional e Contemporânea a capoeira é considerada de uma maneira mais esportivizada, para os capoeiristas do estilo Angola ela é concebida como uma prática menos esportiva. Essa diferença de visão impede que consensos sejam obtidos em uma mesma arena, pois a discussão não parte do mesmo objeto, o que culmina no desgaste e afastamento de parte dos detentores culturais, conforme cita um mestre de capoeira Angola do estado:

Mas a gente faz reunião da Salvaguarda da capoeira, né? Chega lá só vê agora. Salvaguarda da capoeira, pra mim é os mestres que são salvaguarda da capoeira. Aí vem um bocado de opinião, uma opinião boa, outra opinião diferente e gera aquele problema todo, aí parou. Para e a gente fica flutuando, não sabe o que. Não tem um fim, não tem uma conclusão (informação verbal)³

Outro aspecto importante referente aos desafios na gestão da capoeira como patrimônio cultural instituído recai sobre as expectativas geradas no início do processo de ativação patrimonial e que ainda estão afloradas nos dias atuais, principalmente em relação à valorização econômica da expressão cultural e dos capoeiristas, com destaque para valorização dos mestres da capoeira que tiveram seu ofício registrado no Livro dos Saberes.

Essa expectativa, em contraponto à morosidade do Estado em executar ações voltadas à gestão da capoeira e à melhoria das condições da prática cultural, faz com que os capoeiristas tenham críticas ferrenhas sobre a ativação patrimonial e sobre o papel do Estado na gestão, porque ainda não vislumbram as “melhorias” esperadas.

De fato, ao longo de uma década de registro, apesar dos esforços do IPHAN com o “Programa Capoeira Viva” e “Programa Viva meu Mestre” na construção dos Planos de Salvaguarda em âmbito estadual, nenhuma ação duradoura para melhoria das condições dos capoeiristas parece ter sido realizada. Apenas ocorreram debates e ações pontuais que não culminaram em ganhos efetivos para os detentores culturais.

Essa inação do Estado também configura outro fator de influência da participação dos capoeiristas no processo de gestão, pois apesar de valorizarem o registro da capoeira e serem “esperançosos” em relação aos possíveis ganhos derivados desse registro, questionam o fato de “nada acontecer”, considerando a participação deles uma “perda de tempo”. É o que se pode ver na fala de um mestre a esse respeito:

eles querem de mão beijada. Eles querem que a gente discuta e dê mastigado pra eles, pra eles fazerem a parada. Então nunca vão fazer. Não rola nada. Nem participo mais. A única parada que eu participei do Iphan foi no Castro Alves (...) até hoje não rolou mais nada. É muita conversa, é muita balela, não muda nada (informação verbal)⁴

Falas como essa contribuem para a manutenção de uma visão negativa a respeito do Estado e a “posse” da capoeira institucionalizada e contribui para que o registro como patrimônio cultural imaterial seja visto como um “rótulo esvaziado”. Também por essa razão os capoeiristas não veem o Estado como um parceiro na valorização e promoção da capoeira e permanecem receosos e pouco envolvidos com

a gestão do bem cultural. Esse afastamento dificulta ainda mais as ações do IPHAN, que necessita da ampla participação dos capoeiristas para a construção de políticas públicas eficientes, que tomem a capoeira como um patrimônio cultural imaterial.

O rompimento desse viés constitui o maior desafio para a gestão compartilhada da capoeira como patrimônio cultural imaterial e a ação deve partir do Estado, pois são as ações ou inações do mesmo em relação à efetividade da gestão do bem cultural que alimentam essa forma de compreender o patrimônio pelos capoeiristas.

Considerações finais

Os velhos e novos desafios apresentados na gestão da capoeira como patrimônio cultural imaterial passam pela tensa relação entre o Estado e os capoeiristas e a alteração dessa condição com o estabelecimento de parceria entre esses atores é essencial para a gestão compartilhada do bem, que demanda participação efetiva dos detentores culturais no processo.

Atentando ao histórico da capoeira, desde sua origem até sua ativação patrimonial, bem como às ações do IPHAN em uma década de gestão da capoeira como patrimônio cultural imaterial, é possível observar que a inação do Estado e a falta de parceria com os capoeiristas culminam nas críticas e no afastamento dos detentores culturais do processo de gestão.

O rompimento desse ciclo é essencial para a salvaguarda do bem cultural e implica em reconhecer as diferenças regionais da prática, as múltiplas capoeiras e múltiplos capoeiristas, os diversos sentidos atribuídos a ela e, principalmente, o apoio efetivo aos detentores dessa expressão cultural. Sem isso, permanecerá a descrença dos capoeiristas em relação à institucionalização da capoeira como patrimônio cultural e o consequente afastamento dos mesmos no processo de gestão.

Caminhar no sentido de diminuir essa descrença é condição primordial para a efetividade da gestão compartilhada da capoeira como patrimônio cultural imaterial.

NOTAS

1. A ativação patrimonial consiste na ação do Estado em elevar determinadas expressões culturais à condição de patrimônio cultural (PRATS, 2006).
2. Instituição formada majoritariamente por libertos, configurando uma polícia da Corte que se opunha às elites e ao movimento republicano. Ver a respeito em: MACHAD, H. F. A guarda negra nas páginas da Cidade do Rio. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, 2013.
3. Depoimento do Mestre Zé do Lenço em entrevista realizada no município de Salvador no ano de 2017
4. Depoimento do Mestre Lua Rasta em entrevista realizada no município de Salvador no ano de 2017

REFERÊNCIAS

- ABREU, Frede. *Capoeiras – Bahia, século XIX: imaginário e documentação*. Salvador: Instituto Jair Moura. 2005. v. 1.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Ocidentais. 2006.
- ANDREWS, George Reid. *América afro-latina, 1800-2000*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- ARAÚJO, Paulo Coelho de; JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo. A luta da capoeira: reflexões acerca da sua origem. *Antropolítica*, n. 24, p. 87-102, 2008.
- AREIAS, Almir das. *O que é capoeira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- AREIAS, Anande das. *O que é capoeira*. 4. ed. São Paulo: Ed. da Tribo, 1983.
- BRASIL. *Decreto Nº 3.551 de 4 de agosto de 2000*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: set. 2018.
- BUENO, Marcos Cordeiro. *O fetiche da capoeira patrimônio: quem quer abrir mão da história da capoeira?* Pelotas, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas.
- DIAS, Luís Sergio. *Quem tem medo da capoeira?* Rio de Janeiro, 1890-1904. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Divisão de Pesquisa, 2001.
- GASPAR, Fábio de Assis. *Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira (2003-2010)*. Brasília, 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- IPHAN. *Dossiê IPHAN 12 – Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira*. Brasília, 2014.
- _____. *Parecer 031/08 – Registro da Capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, 2008.

_____. *Resolução no 01 de 3 de agosto de 2006*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xLR9iTn/content/resolucao-n%C2%BA-1-2006-ccpc-iphan/10937>. Acesso em: ago. 2018.

_____. *Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira: apoio e fomento*. Brasília, 2017.

_____. *Termo de referência para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/TdR_salvaguarda_bens_registrados_edital_%202011.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PINTO, Aline Cristhina dos Santos. Capoeira: de prática perseguida a símbolo da identidade nacional. *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá, p. 1530-1538, 2011.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimento da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea 1890-1950*. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. *Boletim del Instituto Andaluz del Patrimônio Histórico*, n. 58, p. 72-80. 2006.

REGO, Waldeloir. *Capoeira angola: ensaio sócioetnográfico*. Salvador: Itapuã, 1968.

REIS, André Luiz Teixeira. *Brincando de capoeira*. Cidade: Ed. Abadá, 1997.

REIS, Leticia Vidor de Sousa. A capoeira: de ‘doença moral’ à ‘gymnástica nacional’. *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131, p. 221-235. 1994.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

UNESCO. Recomendação de Paris. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, de 17 de outubro de 2003. Paris, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VASSALO, Simone Pondé. O registro da capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos. *Educação Física em Revista*, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/977/841>>.

VASSALO, Simone Pondé. De quem é a capoeira? Considerações sobre o registro da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil. *Cultures-Kairós: Revue d'Anthropologie des Pratiques Corporelles et des Arts Vivants*. Dezembro, 2012. Disponível em: <<http://revues.mshparisnord.org/cultureskairos/index.php?id=575>>.

VIEIRA, Luiz Renato. *A capoeira e a política de salvaguarda de patrimônio imaterial: legitimação e conhecimento de manifestação cultural de origem popular*. Brasília: FCP, 2012.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação do patrimônio. *Revista CPC*, v. 13, n. 25, p. 7-33, 2018.

Andressa Marques Siqueira é Doutoranda em Ciências Ambientais na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, Brasil. Mestra em Ecologia e Recursos Naturais e Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Silvia Helena Zanirato é Professora do Curso de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e dos Programas de Pós-graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, Brasil. Livre docente pela USP, Pós-Doutora em Geografia Política pela USP e em História pela Universidad de Sevilla, Espanha. Doutora, Mestra e Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Assis. Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Como citar:

SIQUEIRA, Andressa Marques; ZANIRATO, Silvia Helena. Reflexões sobre a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial: uma década do registro da capoeira. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 388-407, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.